



# ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



## ADENDO AO PARECER JURÍDICO DE FLS. 160/162

AUTUADO: FUNDIÇÃO SIDERAL LTDA.
PROCESSO Nº 148/1994/001/2004
AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 1291/2004
NATUREZA DAS INFRAÇÕES: 2 GRAVÍSSIMAS
PORTE: PEQUENO

### I – RELATÓRIO

A Fundação Sideral Ltda foi autuada, em 23/03/2004, como incursa no art. 19, § 3º, itens 2 e 6, do Decreto nº 39.424/1998, alterado pelo Decreto nº 43.127/2002, por *“descumprir determinações contidas na Deliberação Normativa COPAM 50/2001, com dano ambiental, uma vez que o empreendimento não foi construído de acordo com as normas técnicas em vigor NBR 7505-1/2000 da ABNT; e causar poluição ou degradação ambiental, de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats.”*

Em vistoria realizada no dia 12/02/2004 à Fundação Sideral Ltda foi constatada a existência de um tanque aéreo de abastecimento de óleo diesel, para uso próprio, com capacidade de 15 m³. O tanque não era coberto, não possuía caixa separadora de água e óleo, não possuía válvula de retenção de gases, o piso da bacia era de brita e não concretado, a pista de abastecimento não era concretada e não havia extintor de incêndio. (Fls. 11/13).

Em 19/02/2008, URC COPAM ASF aplicou a penalidade de duas multas no valor de R\$ 10.001,00, cada. (Fl. 36).

A autuada interpôs recurso, apreciado no Parecer Jurídico de fls. 160/162.

Registra-se que caberia ao autuado comprovar a inexistência de degradação ambiental, ônus do qual não se desincumbiu.

O recorrente pleiteia a aplicação de atenuantes do art. 21 do Decreto nº 39.424/1998, sem especificar qual, sendo que não restou comprovada a ocorrência de qualquer atenuante.

A absolvição do autuado e seu representante legal em ação penal (processo nº 0338.04.024030-5) não afeta este processo administrativo.

O processo foi encaminhado para julgamento pela CNR/COPAM, mas retornou à Procuradoria para nova análise.

De fato, é necessário retificar o posicionamento esposado no Parecer Jurídico de fls. 160/162, datado de 21/03/2010, para afastar a possibilidade de redução de uma das multas em até 50%, com base no art. 21, § 4º, do Decreto nº 39.424/1998, revogado expressamente pelo Decreto nº 44.309/2006.





## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM


Neste caso, é inaplicável a assinatura de Termo de Compromisso visto que não há mais condições poluidoras a serem eliminadas e nem danos causados pelo infrator a serem reparados.

Como informado na peça recursal, em vistoria realizada no dia 23/02/2006, ou seja, dois anos após a lavratura do Auto de Infração, foi constatado que as irregularidades foram sanadas e *"Toda a instalação atende aos requisitos técnicos determinados pela NBR-7505 e..."* (Relatório de Vistoria nº 014299/2006, protocolo nº 0071006/2006).

### II – CONCLUSÃO

Retifica-se a conclusão do Parecer Jurídico de fls. 160/162, para recomendar à CNR/COPAM o *indeferimento do recurso*, mantida as duas multas aplicadas, no valor de R\$ 10.001,00 cada, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2012.

Autora: Maria do Carmo Moreira Fraga OAB/MG 72.355 – MASP 1.043870-3	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 / MASP 1.120.512-7	Assinatura: 